
CAPTURAR O GOZO: DIZERES PELA CENSURA DA PORNOGRAFIA CAPTURAR O GOZO: DIZERES PELA CENSURA DA PORNOGRAFIA

Mariana Vita
Mestrado/UFF
Orientador: Silmara Dela Silva

*It is time to ban pornography.
Nothing can shock us except this suggestion.¹*
(Mathew Schmitz, 2016)

É assim que começa o artigo de Mathew Schmitz publicado esse ano no Washington Post. Vamos começar com um pouco do contexto onde surge essa afirmação.

Em 2013, o ex-Primeiro Ministro do Reino Unido, David Cameron, bloqueou o acesso à pornografia na internet, entre outros conteúdos, através de filtros gerenciados pelo ISP (*Internet Service Provider*). Para ter acesso, os usuários deveriam optar pela retirada dos filtros, ou “*opt out*”, o que não é um procedimento simples de ser feito.

Dois anos depois, em 2015, a União Europeia votou pelo tratamento indiscriminado de todo o conteúdo online, se posicionando pela neutralidade na internet. A medida foi recebida com resistência especialmente pelo partido conservador. Com a saída do Reino Unido da União Europeia não sabemos bem o que vai acontecer com essa questão.

Nesse meio tempo, em 2014, uma emenda ao *Communications Act* (2003) passou a obrigar a produção de vídeos pornô no Reino Unido a obedecer as mesmas regras impostas ao material distribuído em DVD com classificação R18, a classificação indicativa mais alta. Isso proíbe certas práticas na pornografia, como *facesitting*, *fisting* e *squirting*, criando uma espécie de lista de atos proibidos.

¹ É hora de banir a pornografia. Nada pode nos chocar, exceto esta sugestão. (Tradução livre)

Em março desse ano, Utah, nos Estados Unidos, declarou que a pornografia está criando uma crise de saúde pública, segundo uma resolução proposta pelo senador Todd Weiler. O estado esteve no topo da lista de inscrições pagas a sites pornográficos em 2008 (Edelman, p. 217). Vale destacar que ele também é conhecido como o estado berço da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias nos Estados Unidos.

Há outros países nessa lista para cercar a pornografia que são mais conhecidos por sistemáticas violações de direitos individuais, como Uganda e Indonésia. No Brasil, há o Projeto de Lei nº 5798/2016² do deputado Antônio Bulhões, que visa:

criminalizar a oferta, troca, disponibilização, transmissão, distribuição, publicação ou divulgação de conteúdo de caráter pornográfico ou erótico que faça apologia ou incite a prática de estupro, tortura, abuso ou violência sexual contra mulheres, adolescentes ou crianças do sexo feminino. (2016)

Refletindo sobre a censura da pornografia, pode-se levantar algumas questões. Existe pornografia que se encaixe em discurso de ódio, e que portanto deve ser censurada? Ou seria a pornografia o canário na mina de carvão da liberdade de expressão?

A presente pesquisa não tem a pretensão de responder a essas perguntas. O que se oferece é uma análise desses discursos para evidenciar, em seu funcionamento, como certos efeitos de sentido para a pornografia são formulados. E ainda os efeitos de sentido para a mulher e para o público da pornografia.

Tudo isso para falar do objeto central deste trabalho: os sentidos da liberdade de expressão. Esperamos, assim, poder contribuir com o debate com o devido distanciamento da produção científica.

A Análise de Discurso como ferramenta

Este trabalho se posiciona no quadro teórico-metodológico da Análise de Discurso, disciplina desenvolvida pelo filósofo Michel Pêcheux (1969). Na Análise de Discurso, discurso é efeito de sentido entre locutores. Como disciplina de entremeio, lidando com língua, materialismo histórico e inconsciente, a Análise de Discurso

² Apensado, ao PL-5452/2016. Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, tramitando em regime de prioridade. PL-5452/2016 visa tipificar “o crime de divulgação de cena de estupro e prever causa de aumento de pena para o crime de estupro cometido por duas ou mais pessoas” (2016).

trabalha com a materialidade do discurso, que se encontra no *corpus*, nos dizeres. Ela se encontra na tensão paráfrase/polissemia, gerando deslizamentos (Orlandi, 1999, p. 34).

Portanto, a língua não é transparente, mas opaca. Para que “a língua faça sentido, é preciso que a história intervenha, pelo equívoco, pela opacidade, pela espessura material do significante.” (Orlandi, 2001, p. 47).

Assim, os sentidos não estão postos, não há sentido conotativo e denotativo, não há privilégio ou hierarquia entre sentidos nas palavras. Estas significam diferentemente de acordo com a posição em que o sujeito que enuncia ocupa em uma formação discursiva dada (Pêcheux, [1976] 2010). Ou seja, os sentidos na Análise de Discurso sempre podem ser outros, dependendo da posição, do contexto de quem fala. Não só do contexto da enunciação imediata, mas o contexto sócio-histórico. Enfim, os efeitos de sentido dependem das condições de produção do discurso.

Ao buscar uma análise do discurso de determinados setores políticos da sociedade, a direita cristã e o feminismo radical, este trabalho representa ainda um retorno à origem dos estudos em Análise de Discurso. Formulada em meados da década de 1960, boa parte das pesquisas costumava ter a “tendência irresistível”, nas palavras de Pêcheux, a eleger “discursos políticos” como objeto (Pêcheux, 2009, p. 21-22).

Breve retomada às condições de produção

Quando se trata de história, não se sabe bem por onde começar, e aqui nos é conveniente que a Análise de Discurso não busque a origem dos sentidos. Podemos retomar brevemente as condições de produção dos discursos de censura à pornografia em meados do século XX, quando movimentos feministas ganharam força especialmente nos Estados Unidos e Europa.

As mulheres mobilizadas não só estavam tomando as ruas, elas ocuparam todos os espaços possíveis. Em rodas de conversa debatiam questões da vida pessoal: família, relacionamentos românticos, mercado de trabalho, aborto. A grande frase repetida era: “o pessoal é político”.

Revolvendo assim aspectos pessoais de suas vidas para abordar a opressão de gênero, se voltaram para a pornografia. O que muitas delas viram foi a manifestação extrema do poder patriarcal (Williams, 1989, p. 29), numa onda que pode ser resumida à máxima: “a pornografia é a teoria, o estupro é a prática” (Ramos, Lago, 2013).

Enquanto isso, prostitutas, feministas lésbicas e outros movimentos feministas que ficaram conhecidos como *sex positive* viram a questão sob uma perspectiva diferente: “se você não gosta da pornografia que existe, faça você mesma”. Hoje se multiplicam os movimentos de pornografia que buscam produzir conteúdo não-machista, não-racista, não-capacitista, queer-friendly etc. - em parte devido ao desenvolvimento e ao acesso às tecnologias que facilitam a produção e divulgação desses materiais.

Estamos falando de relações de poder, de disputa de sentidos para a pornografia, para a sexualidade e para a mulher. Catharine MacKinnon, uma das vozes mais conhecidas do feminismo anti-pornografia chegou a afirmar em um artigo em 1989: “A theory of sexuality becomes feminist to the extent it treats sexuality as a social construct of male power: defined by men, forced on women, and constitutive in the meaning of gender.”³

Esse foi um panorama resumido das *Sex Wars*, uma disputa pelos sentidos da pornografia protagonizada por diferentes correntes feministas.

O Corpus

Nas palavras de Marie-Anne Paveau:

« Il est grand temps de parler du sexe », déclarait en 1984 Gayle Rubin, désireuse de libérer les paroles et les corps des carcans sociaux aux États-Unis. Trente ans après, en France, il est grand temps de parler de pornographie, sérieusement et librement, comme d'un véritable univers culturel à explorer⁴ (2014)

Sendo assim, com a abertura dada por Paveau, podemos nos voltar para o objeto desta pesquisa: o discurso feminista radical e o discurso da direita cristã pela censura da pornografia. Encontramos o *corpus* em artigos publicados em áreas de opinião de jornais ou revistas online, e em blogs dos próprios sites dos movimentos e instituições.

³ Uma teoria da sexualidade se torna feminista na medida em que trata a sexualidade como uma construção social do poder masculino: definida por homens, forçada sobre mulheres, e constitutiva do significado de gênero.

⁴ “É hora de falar sobre sexo”, disse Gayle Rubin em 1984, ansiosa para libertar as palavras e o corpo das algemas sociais nos Estados Unidos. Trinta anos mais tarde, na França, é hora de falar de pornografia a sério e livremente, como um universo cultural para explorar. (Tradução livre)

As supracitadas *Sex Wars* se deram principalmente nos Estados Unidos e Europa, assim nosso objeto se encontra em textos em inglês, escritos por autores e autoras estadunidenses e ingleses. A análise se fará com base exclusivamente no texto original em inglês. Levamos em conta as particularidades do idioma, portanto as traduções não são consideradas. Trazemos aqui um dos artigos que ainda serão analisados, o de Matthew Schmitz para o jornal *Washington Post*.

O trecho citado no início deste texto é como Schmitz introduz seu artigo postado em maio deste ano. A seção do jornal online onde se encontra se chama *In Theory*, classificada como área de “Opinião” e se descreve da seguinte forma: “Each week, In Theory takes on a big idea in the news and explores it from a range of perspectives”.⁵

Naquela semana, o responsável pelo artigo foi Schmitz, editor literário do *First Things*, um periódico sobre religião e vida pública. O título do artigo é *The case for banning pornography*⁶ e trata da necessidade de banir, ou censurar, a pornografia com os mais diversos argumentos. O autor manifesta sua posição com habilidade, dos danos que a pornografia causaria na vida de crianças e adolescentes, à referência a uma ex-atriz pornô que passou por abusos no trabalho e que hoje advoga pela proibição.

Apresentamos algumas sequências discursivas que foram recortadas como primeiro gesto de análise:

*We find it perfectly acceptable that smut, no matter how bestial or misogynistic, should be widely available. We even think it a moral imperative, a dictate of freedom.*⁷

A sequência discursiva acima traz pistas sobre a imagem da pornografia em si, a imagem de quem é contra a censura da pornografia, e ainda a imagem que o autor faz da imagem da pornografia para quem é contra a censura. Segundo a Análise de Discurso, estas três imagens seriam três formações imaginárias projetadas no discurso, que podem ser apreendidas pelas pistas que se encontram nessa materialidade textual.

O conceito que de formações imaginárias, tal como foi definido por Pêcheux, é o de projeções no discurso (1997a, p. 77). Essas projeções devem ser pensadas de forma

⁵ A cada semana, *In Theory* pega uma grande questão ou ideia que saiu nas notícias e a explora a partir de uma gama de perspectivas. (Tradução livre)

⁶ O caso para banir a pornografia. (Tradução livre)

⁷ Achamos perfeitamente aceitável que (obscenidade/sujeira), não importa o quão bestial ou misógina, esteja amplamente disponível. Nós até a consideramos um imperativo moral, um princípio da liberdade.

atrelada às relações de força presentes na sociedade. Elas compreendem as imagens que os sujeitos fazem de si mesmos, do outro com quem falam, e do objeto do discurso. Elas podem ser ainda mais complexas, com a imagem que o sujeito faz que o outro faz do referente, por exemplo.

Assim temos, na materialidade do texto, uma imagem para a pornografia (formação imaginária do referente) com os termos “smut”, “bestial” e “misogynistic”. A partir desta, podemos inferir a imagem de quem seria a favor de banir ou censurar a pornografia (formação imaginária que o locutor faz de si mesmo). Seria portanto a de alguém decente (que não se envolve com “smut”, indecência, sujeira), civilizado (não-“bestial”), e que aceita as mulheres e não as discrimina (não-“misogynistic”).

A formação imaginária que o locutor faz de quem seria contra o banimento ou a censura da pornografia se constrói em oposição à formação imaginária do locutor. Temos então três projeções que estão interligadas no discurso. Devido à polaridade das posições, uma é o que a outra não é.

Damos seguimento a mais uma sequência:

*Above all, we know that bans are blunt instruments, and believe that we are too sophisticated to employ such crude tools.*⁸

Além do reforço às formações imaginárias, há outra característica que se apresenta aqui. O autor desenvolve essas sequências que se encontram no início do texto, no primeiro parágrafo, de forma irônica. Ele se posiciona no lugar de quem é contra a censura da pornografia, citando brevemente alguns argumentos desse segmento, o que pode ser percebido em “we (...) believe that we are too sophisticated to employ such crude tools”.

Censura

No livro *As formas do silêncio: No movimento dos sentidos*, Eni Orlandi (2007) discorre sobre três formas de silêncio: o silêncio fundador, constitutivo e local. O silêncio local nos interessa particularmente, pois tem sua forma mais conhecida na censura, ponto central no debate mobilizado no presente trabalho. Para Orlandi (2007), o

⁸ Acima de tudo, sabemos que as proibições são instrumentos pouco eficazes, e acreditamos que somos muito sofisticados para empregar tais ferramentas rudes.

silêncio local não trata de um não-dito impossível sócio-historicamente falando, mas de um dizer possível que é calado.

Ao abordar a questão da censura, Orlandi retoma Foucault: “lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (1988, p. 105). A essa noção, a autora complementa afirmando que, por ser um dizer possível, os sujeitos acabam circulando pelos sentidos proibidos pela censura de qualquer forma. No caso, de outra forma, contornando esse impedimento. Se trata da resistência, um debate extremamente rico, mas que acaba fugindo à proposta inicial desta pesquisa.

Pretendemos seguir este trabalho analisando os efeitos de sentido da pornografia, da mulher e do público deste gênero, além de mobilizar o debate sobre a censura e liberdade de expressão tanto na Análise de Discurso como na filosofia.

REFERÊNCIAS

BUCHANAN, R. T. EU rules UK's 'porn filters' are illegal. 28 out. 2015. *Independent*. Disponível em: <<http://www.independent.co.uk/life-style/gadgets-and-tech/news/eu-rules-uks-porn-filters-are-illegal-a6711756.html>> Acesso em 19/09/2016.

EDELMAN, B. Red Light States: Who Buys Online Adult Entertainment? In: *Journal of Economic Perspectives*. Vol. 23, N. 1. Winter, 2009. p. 209 –220. Disponível em <<http://people.hbs.edu/bedelman/papers/redlightstates.pdf>> Acesso em 05/10/2016.

First Things. Disponível em <<https://www.firstthings.com/>> Acesso em 22/09/2016.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

MACKINNON, Catharine A. Sexuality, Pornography, and Method: "Pleasure under Patriarchy". In: *Ethics* 99. Jan. 1989. Harvard University Press. (314-346)

ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio: No movimento dos sentidos*. 6ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

PAVEAU, Marie-Anne. Le Discours pornographique. In: *La Musardine*: collection L'Attrape Corps. 2014.

PÊCHEUX, Michel. (1969). Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso*. 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997a. p. 61-161.

PÊCHEUX, Michel. O estranho espelho da análise do discurso. In: COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar. 2009.

Projeto de lei nº 5798/2016. Deputado Antônio Bulhões. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2091434>> Acesso em 20/09/2016.

Projeto de lei nº 5452/2016. Senadora Vanessa Grazziotin. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2086414&ord=1>> Acesso em 20/09/2016.

RAMOS, M.; LAGO, M. Pornografia feminista. In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10*. Florianópolis: set. 2013.

SCHMITZ, M. The case for banning pornography. 24 mai. 2016. *The Washington Post*. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/in-theory/wp/2016/05/24/the-case-for-banning-pornography/?utm_term=.8e9ae39b8c1e> Acesso em 19/09/2016.

TEMPERTON, J. Pornography is under attack. *Wired*. Disponível em: <<http://www.wired.co.uk/article/pornography-general-election-2015>> Acesso em 20/09/2016.

WEILER, T. *Utah*: concurrent resolution on the public health crisis. Disponível em: <<http://le.utah.gov/~2016/bills/static/SCR009.html>> Acesso em 05/10/2016.

WILLIAMS, Linda. *Hard Core: Power, Pleasure and the “Frenzy of the Visible”*.
University of California Press: Berkeley and Los Angeles, California, 1989.